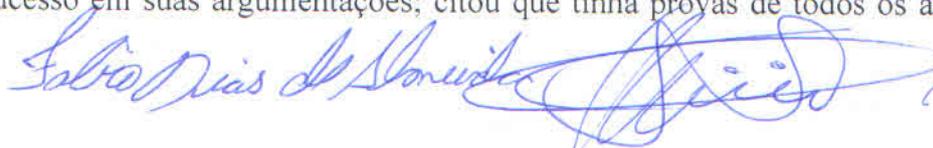
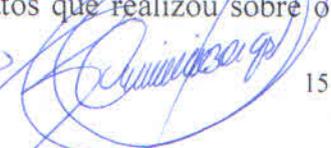


Ata da sexta reunião ordinária, do primeiro período legislativo, da primeira sessão legislativa anual, da nona legislatura da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará; às dez horas e dez minutos do dia nove do mês de março do ano dois mil e vinte e um, os Vereadores se reuniram no salão da Câmara Municipal para realizarem a sessão, esta sob a presidência do Vereador José Guedes da Silva Vieira foi declarada aberta e o segundo secretário da mesa Vereador Ronys Cley Dias Borges, executou a leitura bíblica no livro de Salmos 104:1; logo o primeiro secretário da mesa Vereador Fábio Dias de Almeida executou a chamada de Vereadores, constatando a presença dos vereadores Sebastião Arrais dos Santos, Antônio Francisco Lima Fernandes, Denilson da Silva Gois, José Brito da Silva, Rômulo Assunção Pereira, José Guedes da Silva Vieira, José Ricardo Sousa Rios, Nilva de Sousa Brandão, Ronys Cley Dias Borges, Fábio Dias de Almeida e Valdemilson Ribeiro Almeida; dando prosseguindo a secretária legislativa sob determinação do presidente, passou a leitura da ata da sessão anterior, que sendo posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; logo após a mesma passou a leitura da matéria em pauta para o expediente, que constou de **Projeto de Lei nº 01/2021, de 29/01/2021, oriundo do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação e denominação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Indígena "AWAYTEN SURUÍ" e dá outras providências; Projeto de Lei nº 02/2021, de 08/02/2021, oriundo do Poder Executivo Municipal, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e concede descontos de multas e juros incidentes sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; Projeto de Lei nº 03/2021, de 23/02/2021, oriundo do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Novo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CONSELHO DO FUNDEB, na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (NOVA LEI DO FUNDEB); Requerimento nº 023/2021, do vereador José Ricardo, solicitando criação do Calendário Oficial de Eventos de São Geraldo do Araguaia – PA; Requerimento nº 025/2021, do vereador José Ricardo, solicitando a criação de cursos educacional, de nível técnico profissionalizante, no município; Requerimento nº 044/21, do Vereador José Brito, solicitando a construção de quebra-molas, próximos ao cruzamento das Ruas Castanheira e Duque de Caxias, nesta cidade; Requerimento nº 045/21, do Vereador José Brito, solicitando construção e implantação de Posto de Saúde na Vila Bandinha, neste município; Requerimento nº 085/21, da Vereadora Nilva Brandão, solicitando a aquisição de um aparelho desfibrilador para o Hospital Público Municipal, de nossa cidade; Requerimento nº 087/21, da Vereadora Nilva Brandão, solicitando a reforma geral e construção de mais duas salas de aula e uma secretaria na Escola Municipal Boqueirão, localizada na Vila Bandinha, neste município; Requerimento nº 092/21, do Vereador Rômulo Assunção, solicitando a substituição do sistema de iluminação pública do município pelo sistema de lâmpadas de led, com ônus imediato para a empresa vencedora da licitação, a ser descontado nos valores recolhidos a título de iluminação pública do município; Requerimento nº 012/21 do Senhor Cristiane Sousa Portilho Oliveira - Coordenadora da Base Descentralizada do SAMU, solicitando autorização para uso da tribuna para falar sobre o trabalho do SAMU; concluída a leitura, o presidente encerrou o pequeno expediente e logo reabriu os trabalhos, dando início ao grande expediente; logo após, havendo autorização para uso da tribuna, atendendo requerimento aprovado em sessão anterior, a palavra foi facultada ao **Senhor Jacinto Matos – Presidente do Conselho Municipal de Educação**, este cumprimentou a todos e disse que há tempos vinha falando sobre a necessidade de emendar a lei sobre composição do Conselho, que estava em desacordo com as demais normas vigentes; comentou que tiveram o edital de convocação de eleição de novos conselheiros suspenso por liminar; que anteriormente falou com a Secretária Municipal de Educação da necessidade de mudanças, dispondo sobre o direito do Conselho Tutelar e Conselho do FUNDEB ter vaga no Conselho Municipal de Educação, mas não teve sucesso em suas argumentações; citou que tinha provas de todos os atos que realizou sobre o**

assunto e que defendia as regras existentes sobre a educação básica; que foi gravado e espionado por ser defensor do que era correto e por isto sempre foi tido como "do contra"; que não queria mais assumir o cargo de Conselheiro do FUNDEB, que sempre buscou fiscalizar as ações ocorridas na educação básica e votou contra as irregularidades encontradas; que jamais seria impedido de tratar com seriedade os fatos incorretos, inclusive fazia uso da justiça para fazer o que era certo, afirmando que foi impedido de verificar as folhas de pagamentos dos servidores, para verificação de dados; que gostaria que o Conselho participasse das formações para a construção de leis inerentes à educação municipal, mas estavam sendo impedidos; logo afirmou novamente que o Conselho Tutelar e Conselho Municipal do FUNDEB tinham direito a vaga no Conselho Municipal de Educação; que em 2019 solicitou cadeira no Conselho Municipal de Educação, através da alteração da lei, conforme protocolo de pedido nesta Câmara; que os projetos eram colocados, mas não eram executados; que o SINTEPP, o Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB deveriam participarem da discussão do projeto para a inclusão do novo conselho; em seguida agradeceu a Câmara pelas oportunidades que lhe dera para fazer esclarecimentos sobre os trabalhos do Conselho Municipal de Educação, reafirmando que a partir do dia 31 de março não faria mais parte do Conselho do FUNDEB, pois estava renunciando ao cargo, ante o fato de ser impedido de exercer sua função como deveria; prosseguindo a palavra foi facultada a **Senhora Nédyma – Coordenadora do SINTEPP**, que após os cumprimentos, prestou homenagem às mulheres pelo dia internacional da mulher; comentou que no dia da votação do PCCR nesta Casa, a classe de professores foram esculachados, mas que como representante ou não da classe, sempre estaria buscando os direitos da categoria; argumentou que os vereadores eram eleitos para defender a sociedade e não o Prefeito; logo perguntou sobre o que a Câmara estava fazendo em relação ao Concurso Público do Poder Executivo Municipal, que estava com parado, que existiam muitas pessoas precisando trabalhar e viam no concurso a possibilidade de conseguirem uma vaga, que tratassem do assunto junto ao Ministério Público, comentou que haviam muitos contratos na educação e em alguns casos havia servidores contratados com carga horária maior que os servidores efetivos e que a folha de pagamento estava ficando inchada; citou que gostaria de ver o projeto do PCCR sendo votado e que não entedia por que o projeto votado no mandato anterior, logo foi rejeitado através de veto aprovado por quase maioria de votos nesta Casa; falou sobre a volta as aulas presenciais, assunto citado na sessão anterior pela vereadora Nilva Brandão, reforçou que havia leis proibindo a realização das aulas normais durante a pandemia e que o município não conseguiria fornecer os equipamentos de proteção a todos os profissionais da educação em aulas normais; em seguida disse que o protesto e/ou greve era direito constitucional da categoria, mas também tinham a hombridade e humildade de pedir perdão; pediu o apoio dos vereadores para buscarem junto ao prefeito a criação da comissão para estudos e elaboração do novo projeto do PCCR e que os valores dos recursos do FUNDEB daria pra pagar a progressão dos servidores; que, ante a pandemia, era hora do município fazer contenção de gastos para conceder os direitos dos servidores; comentou que deveria constar do Regime Jurídico dos servidores, que os salários fossem pagos até o dia vinte de dezembro de cada ano, pois teriam tempo de buscar a execução do pagamento dentro de cada exercício; que os servidores não deveriam arcar com prejuízos junto a agência bancária, pois o município rompeu contrato com agência bancária sem notificar os servidores que tinham empréstimos consignados e estes estavam sendo lesados, pois descontavam os valores em folha de pagamento, mas não pagava o banco e os servidores estavam sendo penalizados com juros ; falou que o Conselho Municipal de Educação era normatizador e precisava ser valorizado; que conforme as normas constantes da Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2020, não havia nada contrário à concessão da progressão dos servidores, que constava do Projeto do PCCR rejeitado; sugeriu que desmontassem os palanques de campanha eleitoral, para lutarem juntos, pois a situação estava difícil para todos, nacionalmente; em seguida fez uso da palavra o **Vereador Ronys Cley**, que cumprimentou a todos e mencionou que quando se cobrava da gestão, àqueles que de alguma forma estavam sendo beneficiados achavam ruim; que desde o



Solange da Almeida *[Signature]* *[Signature]* 16

gestão, àqueles que de alguma forma estavam sendo beneficiados achavam ruim; que desde o princípio do mandato sugeriu que o gestor mandasse máquinas para as vilas para fazerem manutenção das estradas, aproveitando o tempo seco para trabalharem, mas nada estava sendo feito, que algumas ruas estavam ruins e era preciso ter atitude para cuidar dos problemas da cidade; que estava vendo projeto de lei tratando sobre normas para a cobrança do IPTU e estava certo, mas era preciso investir na cidade; que entraram vários recursos, mas não estava havendo investimento e o dinheiro estava sendo gasto com o pagamento de pessoas bajuladoras e era bom lembrar que todos os gestores que davam apoio a esse tipo de pessoas não progrediam; parabenizou o Conselheiro Jacinto Matos pela aula de conhecimento sobre leis, citando que o país em que as pessoas tinham preguiça de buscar conhecimento, não crescia; que achava errado que pra ser qualquer profissional era preciso estudar, enquanto que pra ser vereador bastava assinar o próprio nome; sobre o projeto de criação do novo conselho disse que este deveria ser elaborado por profissionais especializados da educação e que não seria votado sem profunda análise e que o projeto da educação estava sendo feito de forma irregular; mencionou que durante o processo de votação do veto do projeto do PCCR, o Prefeito havia chamado quase todos os vereadores em seu gabinete para pedir a aprovação do veto; que o gestor precisava respeitar os servidores e que não adiantava tentar calar sua boca; que estava vendo numero absurdo de servidores sendo contratados, que não havia necessidade, fosse na Secretaria de Saúde e/ou nas demais secretarias; que se continuasse a contratação, acreditava que a partir do mês de maio, a gestão não conseguiria mais pagar a folha de pagamentos e que pelos acontecimentos, este mandato tinha tudo pra ser o pior da história do município; que era filho da cidade e não um aventureiro que chegava, usufruía e ia embora e por isso tinham que lutar pelo bem do município; após os pronunciamentos, o presidente deu inicio a votação individual das matérias, quando foi realizada a discussão e votação final do Projeto de Lei nº 01/2021, do Poder Executivo, sendo aprovado por unanimidade, logo, sendo colocados em discussão e votação individual as tramitações iniciais dos **Projetos de Lei nº 02/2021 que foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 03/2021 foi aprovado por maioria absoluta**, tendo votado contra os vereadores Ronys Cley e Nilva Brandão; continuando com a deliberação foram discutidos e votados os **Requerimentos nº 023/2021, 025/2021, 044/2021, 045/2021, 085/2021, 087/2021 e 092/2021, que obtiveram aprovações unânimes do plenário**; logo após foi discutido o **Requerimento da Senhora Cristiane Sousa Portilho Oliveira - Coordenadora do SAMU, que foi aprovado por unanimidade**; em seguida o presidente facultou a palavra para as explicações pessoais, a **Vereadora Nilva Brandão** agradeceu a Deus por tudo que tinha feito em sua vida, logo cumprimentou as mulheres pelo seu dia e que desejava sabedoria a todos, pois esse era um dos grandes princípios; esclareceu que na fala do colega Ronys, este citou que o Prefeito chamou quase todos os vereadores, indicando para votarem pela manutenção do veto ao projeto do PCCR, mas esclarecia que votou baseado em orientação da assessoria da Câmara pela ilegalidade do projeto de lei; o **Vereador Rômulo** falou sobre a fala da colega Nédyma e sobre a ansiedade que todos tinham por um trabalho e por isso pediu ao presidente que enviasse ofício ao Ministério Público, indagando sobre o concurso público da prefeitura; agradeceu ao Prefeito e Secretário de Obras pela execução de serviço de melhorias na estrada de Santa Cruz; disse que foi informado de que a administração já estava tomando providências para fazer operação com pedras nas ruas da cidade; logo comentou que as cobranças feitas à gestão pelos vereadores eram em prol do povo e que os secretários municipais não deveriam tomar isso pra si, como provocação ou coisas do tipo; o **Vereador Antônio Lima** agradeceu a Deus por tudo e cumprimentou a todos os presentes, informou que as medidas protetivas contra o COVID 19, era da esfera estadual; que o Supremo Tribunal Federal deu autonomia aos Prefeitos para tomar medidas nos municípios, mas deu também autonomia ao judiciário para fiscalizar e o Ministério Público entrou com ação contra o Decreto nº 07/21 da Prefeito e foi deferido e só restava cumprir o determinado pela justiça; reforçou o pedido do colega e Rômulo sobre o envio de ofício ao Ministério Público, perguntando sobre o andamento do Concurso Público da Prefeitura; o **Vereador José Ricardo**



Salvadorias Almeida

agradeceu a plateia e parabenizou ao Presidente Jacinto por suas colocações, comentou que existiam muitas coisas acontecendo e não sabiam a quem recorrer; sugeriu que o Prefeito fosse convocado para reunião com os vereadores, para tratarem dos assuntos relevantes do município; comentou que as solicitações dos vereadores, por execução de serviços não estavam sendo atendidas e quando acontecia de atenderem, não comentavam com o vereador que havia pedido; que falavam que era um vereador do *contra*, sem nem mesmo indicar sobre o que estavam tratando; que não estava havendo dialogo com o Prefeito e tampouco humildade; que enviasse ofício ao gestor, pedindo para pagar o máximo de gratificação permitida aos garis, pois tinha muitas pessoas ganhando muito, enquanto que mais precisava recebia muito pouco; o **Vereador Sebastião Arrais** apresentou o convite aos vereadores para participarem de reunião na Aldeia ITAHY, que aconteceria no período da tarde; em seguida adiantou que na próxima sessão falaria sobre seus pensamentos a respeito da fala de alguns colegas, que eram negativas ao esforço e trabalho do Prefeito e também magoavam, que haviam muitos problemas, mas isso era antigo e vinha se acumulando ao longo dos anos, que só havia cobranças e não concordava com algumas delas; o **Vereador Fábio Dias** falou ao colega Sebastião que as cobranças eram constantes no mundo político e os vereadores eram os intermediários entre o povo e a gestão; lembrou que fez cobranças nas sessões anteriores sobre a estrada do povoado Novo Paraíso e que os serviços tiveram andamento; parabenizou ao Senhor Jacinto e Senhora Nédyma pelos pronunciamentos falando dos problemas existentes e isso era correto; que havendo cobranças, os vereadores eram os primeiros a serem procurados, falou sobre o atendimento a resposta que teve as solicitações feitas à Secretária Municipal de Educação e ao Diretor do Núcleo de Controle de Zoonoses e agradeceu a presença do Senhor Douglas Costa - Secretário de Saúde na sessão; o **Vereador Valdemilson** cumprimentou o público e parabenizou o Senhor Jacinto pelo pronunciamento, reforçou as palavras do colega Fábio sobre os serviços na estrada do Povoado Novo Paraíso; falou que iria procurar a Secretária Municipal de Assistência Social, para indagar sobre questões da secretaria, pois estavam havendo comentários de algumas pessoas da gestão estarem recomendando que não deveriam dar atenção aos vereadores e isso era negativo para o bom andamento dos trabalhos, pediu ao colega Antônio Lima, que como líder do Governo, repassasse essa situação ao Prefeito; o presidente **Vereador José Guedes** determinou o envio de ofício ao setor de iluminação pública para recuperação do sistema, que estava precisando urgentemente; concordou com os colegas sobre a necessidade de buscarem informações junto ao Ministério Público, sobre o concurso público da Prefeitura; comentou sobre a previsão anual, sobre os valores da educação, que nunca ficavam a menos e que tirando os setenta por cento obrigatórios para o pagamento de servidores, ainda ficava uma boa quantia para investimentos em outras áreas da educação e que deveriam ter as folhas de pagamentos em mão para averiguarem a aplicação dos recursos; logo após, observando não haver mais nada a ser deliberado, encerrou a sessão e determinou a lavratura desta ata, que será votada e assinada pela mesa diretora.

Fábio Dias de Almeida